

ENTRE A CIÊNCIA ABERTA E A SUSTENTABILIDADE EDITORIAL: PERSPECTIVAS COMPARADAS DE EDITORES CIENTÍFICOS

Cleyton dos Santos Souza, Anderson Palmeira dos Santos, Rosilvam Ramos de Sousa, Erika Rayra Lima Nonato, Maria Janaína Nascimento Silva, Maria Gabriela do Nascimento, Jacqueline Wanessa de Lima Pereira, Maria José de Holanda Leite, Elaine Cristina Alves da Silva, Stefany Caroliny de Souza Rocha



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n1p1192-1215>

Artigo recebido em 5 de Dezembro e publicado em 5 de Fevereiro de 2026

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

O estudo analisa as percepções de editores científicos da área de Ciências Agrárias sobre a ciência aberta e a sustentabilidade editorial, a partir de respostas coletadas em formulários aplicados a editores da América Latina e de outros países. Os resultados evidenciam diferenças estruturais e culturais entre os contextos analisados: enquanto os editores latino-americanos valorizam modelos colaborativos, gratuitos e institucionalmente apoiados, os internacionais operam em sistemas orientados por métricas, prestígio e cobrança de taxas de publicação. A pesquisa revela tensões entre a democratização do conhecimento e a mercantilização da ciência, destacando a necessidade de repensar práticas editoriais sob uma perspectiva ética, inclusiva e financeiramente justa. Conclui-se que o fortalecimento da comunicação científica requer políticas que conciliem sustentabilidade econômica, reconhecimento profissional e compromisso público com o acesso aberto e a diversidade epistêmica.

Palavras-chave: comunicação científica; ciência aberta; sustentabilidade editorial; editores científicos; acesso aberto; periódicos acadêmicos; desigualdades na publicação científica.

ABSTRACT

The study analyzes the perceptions of scientific editors in the field of Agricultural Sciences regarding open science and editorial sustainability, based on responses collected through questionnaires administered to editors from Latin America and other countries. The results highlight structural and cultural differences between the contexts analyzed: while Latin American editors value collaborative, free-of-charge, and institutionally supported models, international editors operate within systems driven by metrics, prestige, and publication fees. The research reveals tensions between the democratization of knowledge and the commodification of science, emphasizing the need to rethink editorial practices from an ethical, inclusive, and financially fair perspective. It concludes that strengthening scientific communication requires policies that reconcile economic sustainability, professional recognition, and a public commitment to open access and epistemic diversity.

Keywords: scientific communication; open science; editorial sustainability; scientific editors; open access; academic journals; inequalities in scientific publishing.

Instituição afiliada – Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Department of Forestry Science (DCFL), Recife, Pernambuco, Brazil.

Autor correspondente: *Cleyton dos Santos Souza*

Email: klaytonsantossouzaprivado@gmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



1. INTRODUÇÃO

A comunicação científica é a base da construção e disseminação do conhecimento, mas o modelo atual de publicação enfrenta um momento de inflexão. A digitalização, a consolidação do acesso aberto (open access) e a adoção das taxas de processamento de artigos (Article Processing Charges – APCs) transformaram profundamente o sistema editorial. Embora o acesso aberto tenha surgido para democratizar o conhecimento, ele tem reproduzido desigualdades econômicas e epistemológicas, tornando a publicação um privilégio condicionado a recursos financeiros (Grgić & Romić, 2022).

O modelo autor-pagador transfere os custos da leitura para os autores, criando barreiras especialmente em áreas dependentes de financiamento público, como as Ciências Agrárias. Essa dinâmica reforça a concentração de poder nas grandes editoras e amplia as desigualdades entre o Norte e o Sul globais (Talley et al., 2024). Além disso, a falta de transparência nas políticas de APCs e o trabalho não remunerado de editores e revisores evidenciam assimetrias de valor e governança no sistema editorial (da Silva, 2020; Ili, 2025).

O avanço do acesso aberto também estimulou a proliferação de revistas predatórias, publicações que simulam legitimidade científica, mas carecem de revisão por pares e transparência (Ferris & Winker, 2017; Watson, 2017). A fronteira entre práticas predatórias e a busca por sustentabilidade financeira, contudo, é muitas vezes ambígua. Iniciativas emergentes em contextos periféricos podem ser injustamente rotuladas como predatórias, o que revela dimensões culturais e políticas na avaliação editorial.

Mesmo revistas consolidadas e indexadas não estão imunes a práticas questionáveis, como cobranças abusivas, dependência de métricas e marketing editorial agressivo, que configuram formas mais sutis de predatismo acadêmico. Para periódicos institucionais, especialmente nas Ciências Agrárias, somam-se desafios de financiamento e reconhecimento, resultando na marginalização de revistas públicas e regionais frente aos grandes conglomerados editoriais (Natarajan & Nair, 2016; Rydholm, 2017).

A pressão por produtividade e a valorização de métricas intensificam a dependência de modelos comerciais de publicação, impondo custos elevados à ciência pública e desvirtuando os ideais da ciência aberta (Conlogue, Gilman & Holmes, 2022). Nesse contexto, compreender as percepções dos editores científicos é fundamental para analisar as tensões entre democratização do conhecimento, sustentabilidade financeira

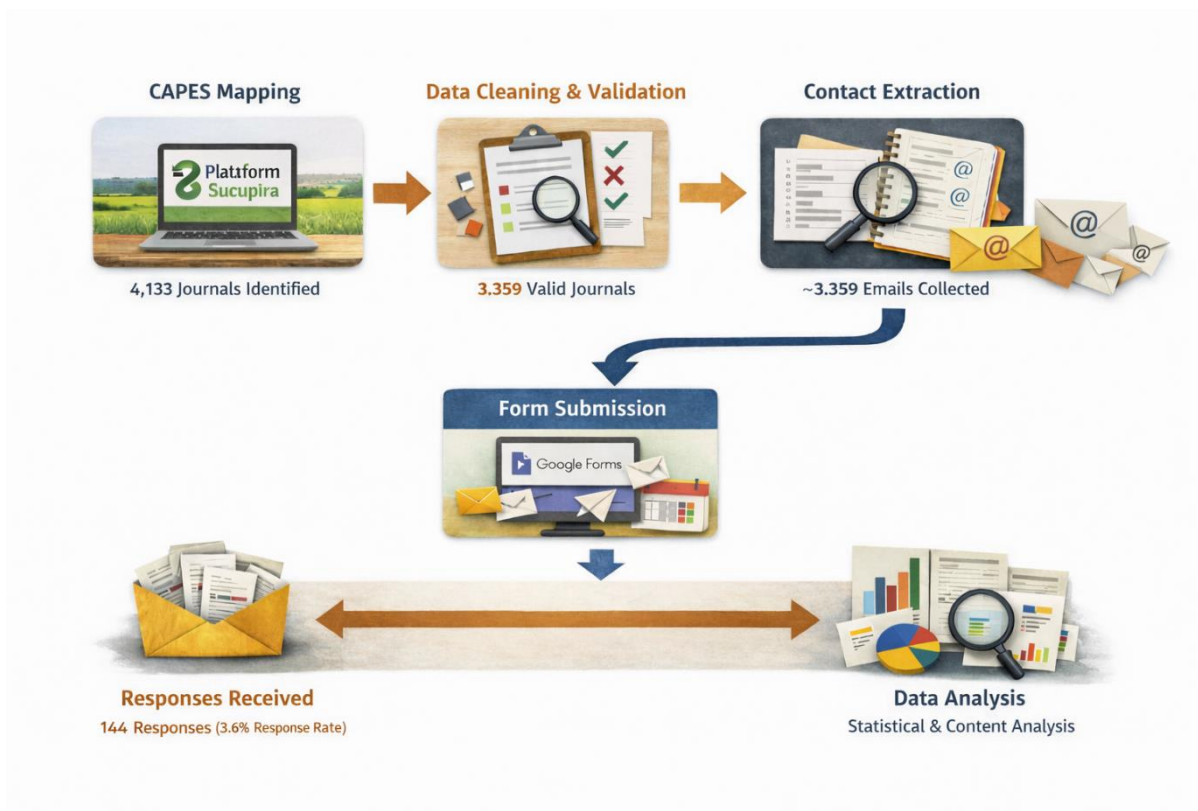
e integridade editorial.

O presente estudo tem como objetivo examinar as percepções, práticas e desafios relatados por editores de periódicos científicos da área de Ciências Agrárias, com base em respostas a um formulário eletrônico anônimo. Busca-se compreender como esses profissionais percebem temas como taxas de publicação, acesso aberto, revisão por pares, uso de inteligência artificial e sustentabilidade editorial, contribuindo para o debate sobre justiça, transparência e viabilidade na comunicação científica.

2. METODOLOGIA

Desenho do estudo

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, de



abordagem quantitativa e qualitativa, voltada à compreensão das percepções e práticas editoriais relatadas por editores de periódicos científicos da grande área de Ciências Agrárias(Figura 1).

Fig. 1 Representação gráfica do processo metodológico de identificação, validação e

contato com periódicos científicos da grande área de Ciências Agrárias.

Fonte: Elaboração própria.

A investigação integra um esforço mais amplo de mapeamento da estrutura editorial da área, fundamentado em uma base de dados sistematizada a partir da Plataforma Sucupira, mantida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Embora de natureza administrativa, a plataforma foi adotada como ponto de partida por oferecer uma listagem estruturada de periódicos avaliados no sistema brasileiro de pós-graduação.

Procedimentos de mapeamento e seleção dos periódicos

Inicialmente, foram extraídas da Plataforma Sucupira todas as revistas associadas à grande área de Ciências Agrárias, totalizando 4.133 registros. Após verificação e depuração (incluindo a exclusão de registros duplicados, periódicos inativos e publicações sem caráter científico) a base final foi composta por 3.359 periódicos nacionais e internacionais.

Para cada periódico, coletaram-se informações complementares a partir dos sites oficiais: país, editora, tipo de acesso, idioma, modelo de publicação, indexadores (Scopus, Web of Science, SciELO) e, quando disponível, o valor da taxa de publicação (*Article Processing Charge* – APC). Essas informações subsidiaram a construção de uma rede de contatos editoriais, contendo endereços institucionais de editores e equipes editoriais, utilizada na etapa de coleta primária de dados.

Coleta de dados primários

Com base, na base de periódicos identificada, foram compilados aproximadamente 4.000 endereços de e-mail de editores-chefes, editores associados e equipes editoriais. Os convites individuais foram enviados por e-mail, contendo uma breve descrição dos objetivos da pesquisa, informações sobre confidencialidade e o link de acesso ao questionário hospedado no Google Forms. O envio foi automatizado e realizado em versões bilíngues (português e inglês), conforme o idioma predominante dos periódicos. Durante a distribuição, parte dos e-mails apresentou falhas de entrega, decorrentes de bloqueios institucionais ou filtros de segurança de servidores acadêmicos. Além disso, alguns editores recusaram formalmente o convite, mencionando falta de tempo ou restrições institucionais à participação em pesquisas externas.

A participação foi voluntária e anônima, sem qualquer tipo de compensação financeira ou identificação pessoal. Ao término da coleta, foram obtidas 144 respostas válidas, correspondendo a uma taxa de retorno aproximada de 3,6%. Embora o delineamento inicial previsse um censo, a amostra final configurou-se como não probabilística e autoselecionada, composta exclusivamente por respondentes que optaram espontaneamente pela participação.

Instrumento de pesquisa

O instrumento utilizado foi um formulário eletrônico estruturado, composto por 34 questões distribuídas em quatro eixos temáticos:

1. Caracterização do periódico: país, tipo de editora, vínculo institucional, modelo de publicação e indexação;
2. Gestão editorial: cobrança de taxas de submissão e publicação, modelo de acesso e licenciamento;
3. Práticas de revisão e governança: políticas de autoria, revisão por pares e processos decisórios;
4. Percepções e tendências: ciência aberta, métricas de impacto, inteligência artificial, interdisciplinaridade e sustentabilidade editorial.

O questionário combinou itens fechados (múltipla escolha e escalas de concordância) e itens abertos (respostas discursivas), permitindo a triangulação entre dados objetivos e percepções qualitativas.

Tratamento e análise dos dados

As respostas foram exportadas para planilha do Microsoft Excel 365, onde se realizou a limpeza e padronização inicial. As análises quantitativas descritivas (frequências, médias, medianas e dispersões) foram conduzidas no RStudio (versão 4.3.2).

Aspectos éticos

O estudo foi conduzido de acordo com os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil), que regulamenta pesquisas em ciências humanas e sociais. Não houve coleta de dados pessoais identificáveis nem qualquer tipo de intervenção, assegurando-se integralmente o anonimato e a confidencialidade dos participantes.

Todos os respondentes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e o uso científico dos dados de forma agregada. Por não envolver riscos diretos ou indiretos aos participantes, não se fez necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme previsto na referida resolução.

3. RESULTADOS

As respostas das perguntas foram agrupadas em gráficos e serão apresentadas em grupos. A diversidade geográfica dos editores e tipo de vínculo dos periódicos que eles editam podem ser observados na Fig.2.

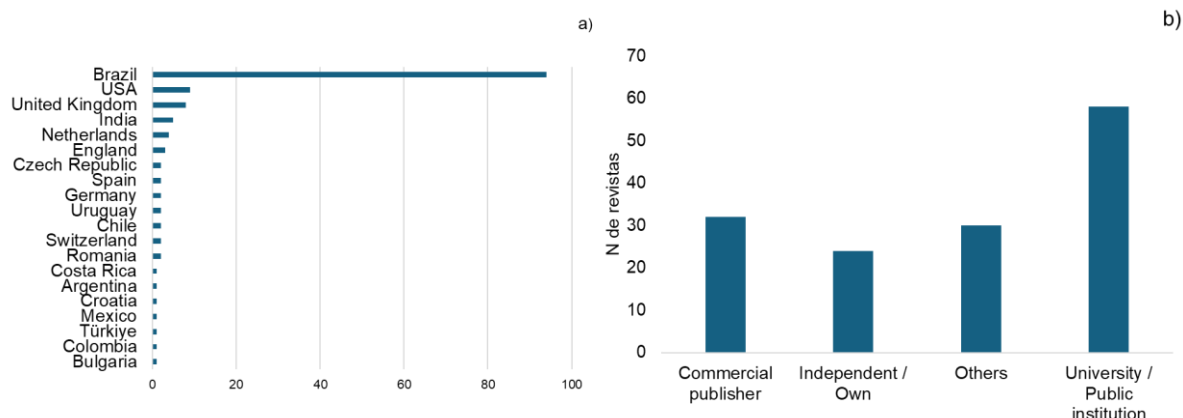


Fig. 2 Distribuição dos editores participantes segundo (a) país de atuação e (b) tipo de instituição das revistas que editam.

Fonte: Elaboração própria.

A Fig. 2 demonstra um predomínio de editores atuantes no Brasil. Essa concentração reflete a origem da base de identificação dos periódicos, derivada da Plataforma Sucupira, cuja estrutura está fortemente vinculada ao sistema nacional de pós-graduação, também, pela maior entrega dos e-mails sem erros. Apesar disso, observa-se também a presença de editores vinculados a outros países da América Latina, Europa e América do Norte, o que confere à amostra diversidade geográfica e amplia a representatividade do estudo em relação às práticas editoriais internacionais. Do ponto de vista institucional, conforme ilustrado na Fig. 2b a maioria dos editores está associada a revistas vinculadas a instituições públicas de ensino e pesquisa, seguidas por periódicos ligados a associações científicas e entidades privadas sem fins lucrativos. A participação de editores de revistas comerciais é proporcionalmente menor, o que indica que, nas Ciências Agrárias, a atividade editorial permanece fortemente ancorada

em estruturas acadêmicas.

A partir disso, torna-se relevante compreender como esses editores percebem o próprio ambiente editorial e as práticas que sustentam o funcionamento dos periódicos sob sua responsabilidade, e nós dá a oportunidade de compreender como o contexto cultural pode afetar tais percepções, como pode ser observado na Fig. 3

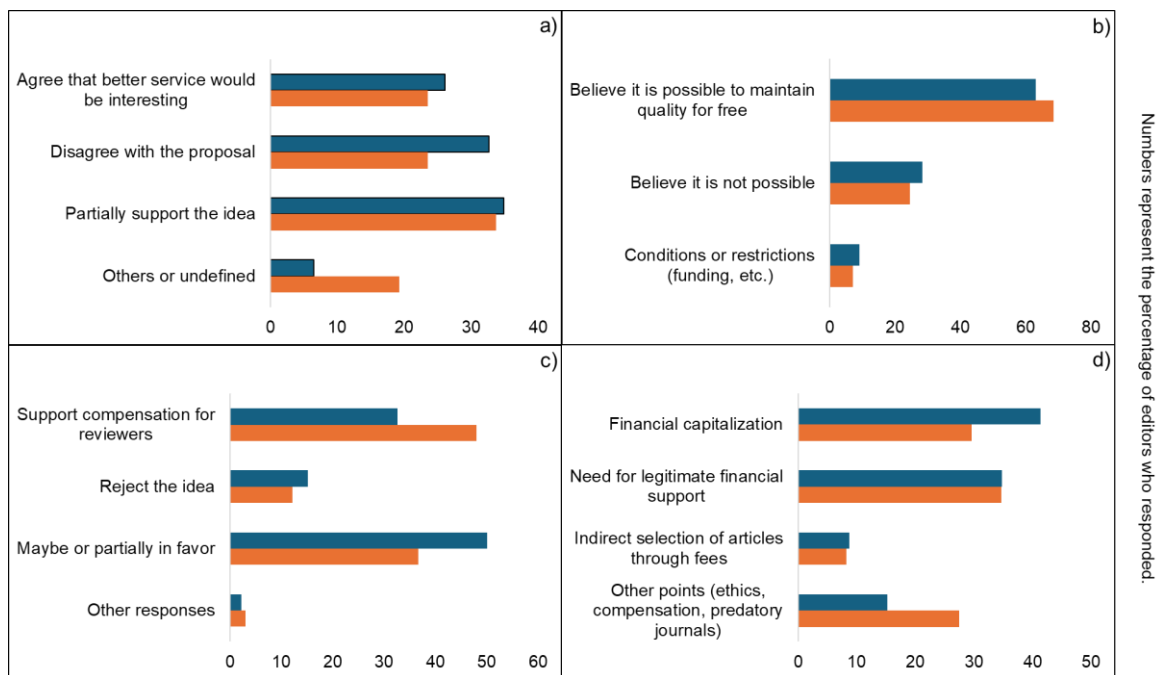


Fig. 3 Percepções de editores sobre práticas editoriais: (a) apoio e incentivo aos autores; (b) gratuidade dos periódicos; (c) reconhecimento e recompensa a revisores; e (d) cobrança de taxa de submissão. As barras em laranja representam respostas de editores da América Latina e as barras em azul, de editores internacionais

Fonte: Elaboração própria.

As percepções dos editores em relação às práticas editoriais revelam tanto convergências quanto contrastes entre os contextos latino-americano e internacional, conforme ilustrado na **Fig. 3**. De modo geral, observa-se elevado grau de concordância em torno da importância do apoio e incentivo aos autores fig.3a, reconhecido por ambos os grupos como um componente essencial da missão editorial. Essa ênfase reflete uma visão de compromisso com a formação científica e o fortalecimento das comunidades acadêmicas, especialmente em áreas com menor tradição internacional de publicação. No que se refere à gratuidade dos periódicos fig.3b, os resultados evidenciam uma tendência mais acentuada entre editores latino-americanos de manutenção de revistas sem cobrança de taxas. Esse padrão está alinhado ao histórico de políticas públicas de

fomento e ao predomínio de instituições públicas como mantenedoras de periódicos na região. Entre os editores internacionais, embora também haja valorização da gratuidade, observa-se uma proporção ligeiramente maior de concordância com a necessidade de modelos de financiamento alternativos, o que pode refletir a familiaridade com sistemas baseados em APCs.

Em relação ao reconhecimento e recompensa aos revisores fig.3c, ambos os grupos apontam a insuficiência de mecanismos formais de valorização desse trabalho, considerado fundamental, porém subestimado, na cadeia editorial. Essa percepção reforça o debate sobre a necessidade de políticas institucionais que incentivem e reconheçam a contribuição de revisores, seja por pagamento por hora, seja por meio de certificação, menção pública ou compensações simbólicas.

Quanto à cobrança de taxa de submissão fig.3d, há diferenças mais nítidas entre os grupos. A maioria dos editores latino-americanos se posiciona contrariamente a esse tipo de cobrança, o que revela uma preocupação ética com a inclusão e o acesso equitativo à publicação científica. Já entre os editores internacionais, há maior tolerância à cobrança de taxas de submissão, geralmente entendidas como mecanismos de sustentabilidade ou controle de fluxo editorial.

De modo geral, os resultados indicam que, embora exista consenso sobre princípios éticos e formativos da prática editorial, persistem diferenças culturais e estruturais que moldam a forma como os editores compreendem a sustentabilidade e o papel social dos periódicos. As respostas sugerem que a tradição pública e institucional das revistas latino-americanas tende a favorecer modelos colaborativos e gratuitos, enquanto contextos internacionais mais mercantilizados incorporam práticas associadas à lógica de custo e eficiência operacional. Essas distinções refletem, em parte, as condições estruturais e institucionais de cada contexto, bem como o grau de dependência de recursos públicos ou privados para a manutenção das revistas.

A **Fig. 4** apresenta os resultados referentes a quatro dimensões centrais da sustentabilidade e da governança editorial.

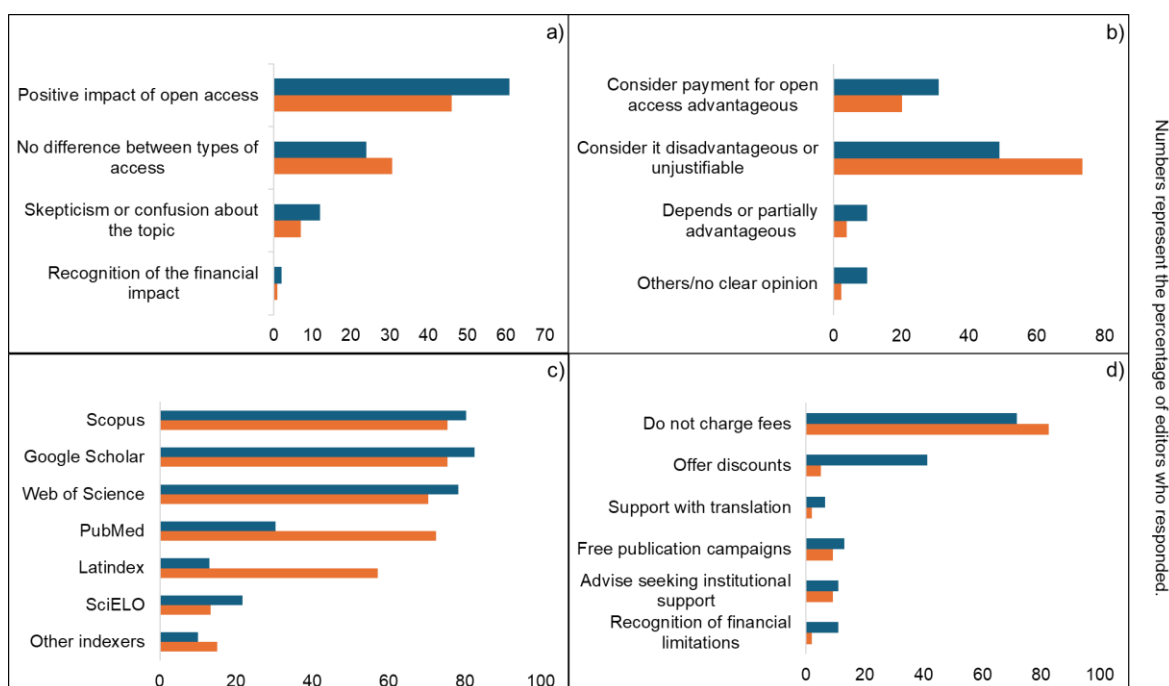


Fig. 4 Percepções de editores sobre políticas editoriais e visibilidade científica: (a) acesso aberto; (b) vantagens do acesso aberto; (c) indexadores mais utilizados; e (d) políticas de apoio à publicação. As barras em laranja representam respostas de editores da América Latina e as barras em azul, de editores internacionais.

Fonte: Elaboração própria

De modo geral, observa-se um padrão de respostas relativamente convergente entre editores latino-americanos e internacionais, embora com nuances que refletem diferenças contextuais de infraestrutura e tradição editorial. Na Fig. 4a verifica-se que o acesso aberto é amplamente reconhecido como uma prática positiva por ambos os grupos, indicando sua consolidação como princípio essencial da comunicação científica. Entre os editores internacionais, a adesão ao modelo de acesso aberto é ligeiramente superior, sugerindo maior institucionalização dessa política em sistemas de publicação mais consolidados. Já entre os latino-americanos, embora o apoio também seja expressivo, há maior diversidade de respostas, o que pode indicar desafios operacionais ou dependência de políticas institucionais específicas.

Já na figura 4b, que aborda as vantagens do acesso aberto, há uma percepção majoritária de que esse modelo amplia a visibilidade e o impacto das publicações, tanto para periódicos quanto para autores. A ênfase dos editores latino-americanos tende a recair sobre a democratização do conhecimento e o fortalecimento da ciência regional, enquanto os editores internacionais destacam o aumento do alcance global e da

colaboração científica.

Na figura 4c, observa-se a distribuição dos indexadores mais utilizados. Bases amplamente reconhecidas, como *Scopus*, *Web of Science* e *Google Scholar*, aparecem entre as preferências de ambos os grupos, com leve predominância entre editores internacionais. Já os latino-americanos demonstram maior presença de indexadores regionais, como *SciELO* e *Latindex*, o que reflete tanto a relevância dessas plataformas para a visibilidade regional quanto a limitação de recursos para inserção em bases comerciais internacionais.

Por fim, na figura 4d evidencia-se as políticas de apoio à publicação científica, mostrando que tanto editores latino-americanos quanto os internacionais desenvolvem iniciativas voltadas à sustentabilidade e à disseminação do conhecimento nos seus periódicos. No entanto, enquanto os editores internacionais enfatizam mecanismos de apoio institucional e financeiro, os latino-americanos destacam ações colaborativas e de fortalecimento de redes editoriais.

Esses resultados indicam que, embora as práticas e estruturas variem entre os contextos analisados, há convergência quanto à valorização do acesso aberto, da indexação qualificada e do compromisso com a visibilidade e integridade da produção científica.

A Fig. 5 reúne as percepções dos editores sobre inovação tecnológica, métricas de impacto, internacionalização e interdisciplinaridade, dimensões que refletem o modo como a comunidade editorial interpreta as transformações contemporâneas da comunicação científica.

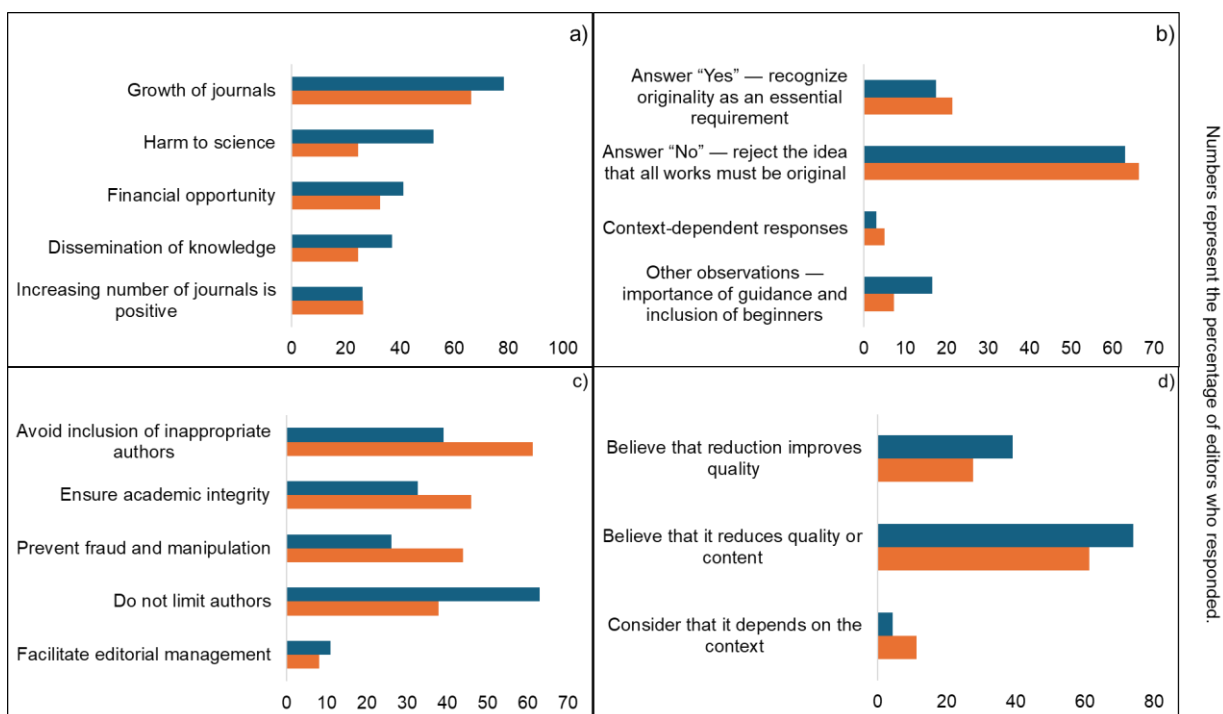


Fig. 5 Percepções de editores sobre inovação, métricas e internacionalização: (a) uso de tecnologias e inteligência artificial no processo editorial; (b) relevância das métricas de impacto; (c) internacionalização das revistas; e (d) incentivo à interdisciplinaridade. As barras em laranja representam respostas de editores da América Latina e as barras em azul, de editores internacionais.

Fonte: Elaboração própria

Tanto editores latino-americanos quanto internacionais reconhecem a importância crescente das tecnologias digitais e da inteligência artificial no processo editorial, especialmente para otimizar a triagem de manuscritos, a detecção de plágio e a gestão de revisões. No entanto, observa-se uma diferença de ênfase: enquanto os editores internacionais tendem a enxergar essas ferramentas como oportunidades para aprimorar a eficiência e reduzir custos operacionais, os latino-americanos demonstram uma postura mais cautelosa, destacando a necessidade de regulação ética e de formação técnica para o uso responsável dessas tecnologias.

Em relação às métricas de impacto, há consenso sobre sua relevância, mas também críticas quanto ao uso excessivo desses indicadores como medida exclusiva de qualidade científica. Editores latino-americanos se mostram mais críticos à dependência de índices como o *Impact Factor* e o *Scimago Journal Rank*, ressaltando a necessidade de indicadores alternativos que considerem dimensões sociais, regionais e de acesso. Já os

editores internacionais, embora reconheçam as limitações desses sistemas, tendem a aceitá-los como referência operacional consolidada no meio acadêmico global.

A internacionalização aparece como um objetivo amplamente valorizado entre todos os grupos, associada ao aumento da visibilidade e à ampliação do diálogo científico. Entretanto, editores latino-americanos apontam barreiras estruturais, como restrições de idioma, escassez de recursos e baixa presença em bases indexadoras internacionais. Os editores internacionais, por sua vez, relacionam a internacionalização à competitividade editorial e à diversificação de autores e revisores.

No que se refere à periódicos interdisciplinares, ambos os grupos expressam apoio à integração de diferentes áreas do conhecimento, reconhecendo seu potencial para fortalecer a inovação científica e ampliar o alcance social das publicações. Contudo, editores latino-americanos destacam dificuldades em operacionalizar essa integração devido às estruturas rígidas de avaliação e à segmentação dos programas de pós-graduação.

De forma geral, embora exista uma percepção global de modernização e abertura no campo editorial, persistem desigualdades em termos de infraestrutura, reconhecimento e acesso às tecnologias. A diferença entre a visão estratégica dos editores internacionais e a postura mais crítica e contextualizada dos editores latino-americanos, reforça a importância de compreender a inovação editorial não apenas como avanço técnico, mas como fenômeno social e político, dependente de condições locais de produção e circulação do conhecimento.

A Fig. 6 apresenta as percepções dos editores sobre aspectos relacionados à ciência aberta e aos direitos na comunicação científica.

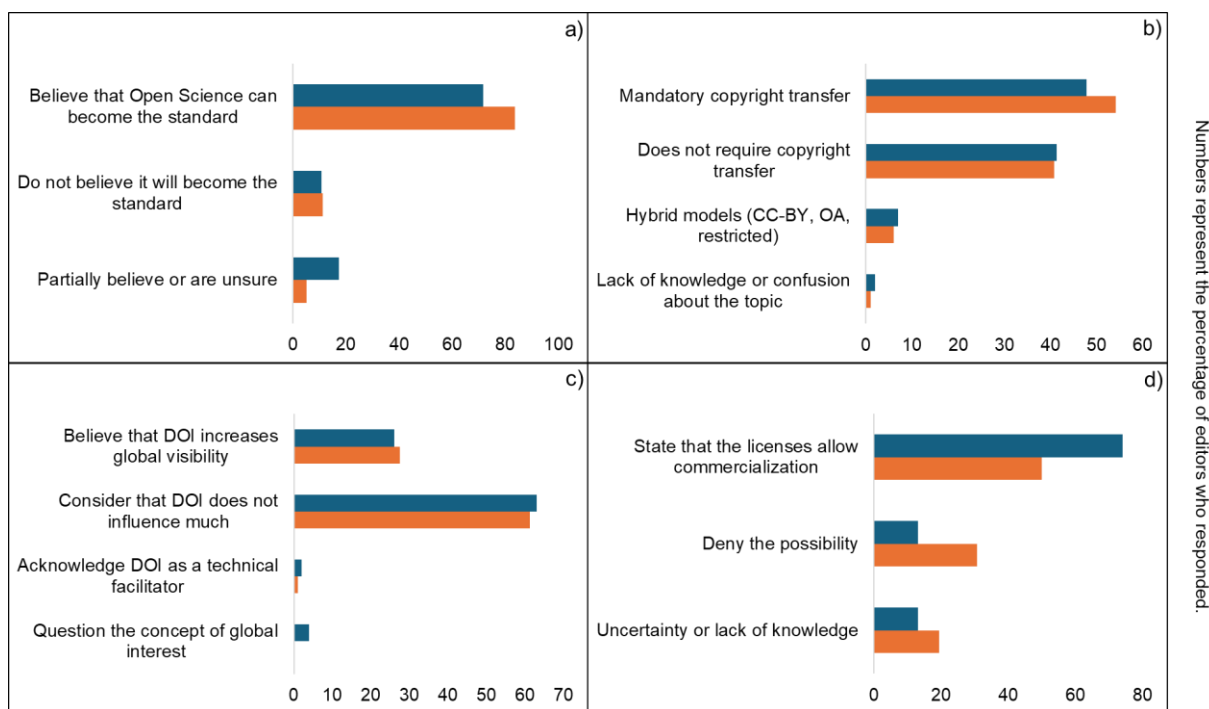


Fig.6 Percepções editoriais sobre aspectos de abertura e direitos na comunicação científica: (a) perspectiva sobre a ciência aberta; (b) direitos autorais; (c) percepção sobre o uso do DOI; e (d) tipo de licença de redistribuição dos artigos. As barras em laranja representam respostas de editores da América Latina e as barras em azul, de editores internacionais.

Fonte: Elaboração própria

É evidente na Fig. 6 que a ciência aberta é amplamente reconhecida como um princípio fundamental para a democratização do conhecimento. Tanto editores latino-americanos quanto internacionais demonstram alto nível de concordância sobre sua importância, embora existam diferenças quanto ao estágio de implementação. Os editores latino-americanos, em geral, associam a ciência aberta a um compromisso ético e político de acesso público ao conhecimento, sustentado por políticas institucionais e redes colaborativas. Já os editores internacionais tendem a adotar uma abordagem mais pragmática, vinculada a requisitos de transparência e interoperabilidade de dados.

No que se refere aos direitos autorais na Fig. 6b, observa-se uma distinção significativa entre os grupos. A maioria dos editores latino-americanos adota modelos de cessão parcial de direitos, permitindo a redistribuição dos conteúdos com o devido crédito aos autores e às revistas. Esse comportamento está alinhado à filosofia do acesso aberto e às práticas de compartilhamento científico promovidas por portais públicos como o

SciELO e o RedALyC. Em contraste, entre os editores internacionais ainda persiste a adoção de licenças mais restritivas, especialmente em periódicos vinculados a grandes editoras comerciais, onde prevalece a transferência integral dos direitos autorais quando a publicação não é acesso aberto.

Quanto ao uso do DOI (Fig. 6c), há ampla aceitação em ambos os grupos, embora sua implementação seja ligeiramente mais disseminada entre os editores internacionais. O DOI é reconhecido como ferramenta essencial para a rastreabilidade e credibilidade das publicações, contribuindo para a visibilidade e indexação dos periódicos. Entre os editores latino-americanos, a adoção do identificador é crescente, mas ainda limitada por barreiras financeiras e interesses operacionais.

Já o tipo de licença de redistribuição dos artigos, (Fig. 6d) observa-se preferência predominante pelo modelo Creative Commons (CC-BY) entre ambos os grupos, com destaque para o uso mais consistente entre os editores latino-americanos. Essa escolha reflete o compromisso da região com práticas editoriais de acesso livre e com a valorização da circulação social do conhecimento científico. No contexto internacional, embora o uso do CC-BY também seja expressivo, nota-se uma presença maior de variações mais restritivas, como CC-BY-NC e CC-BY-NC-ND, o que sugere maior controle sobre o reuso e a adaptação de conteúdo.

De modo geral, independentemente da região, os editores reconhecem a centralidade da abertura e da ética autoral na comunicação científica. No entanto, persistem diferenças na operacionalização dessas práticas, influenciadas por contextos institucionais, marcos regulatórios e modelos econômicos distintos.

A Fig. 7 aborda as percepções dos editores sobre a estrutura e os desafios do mercado de publicações científicas.

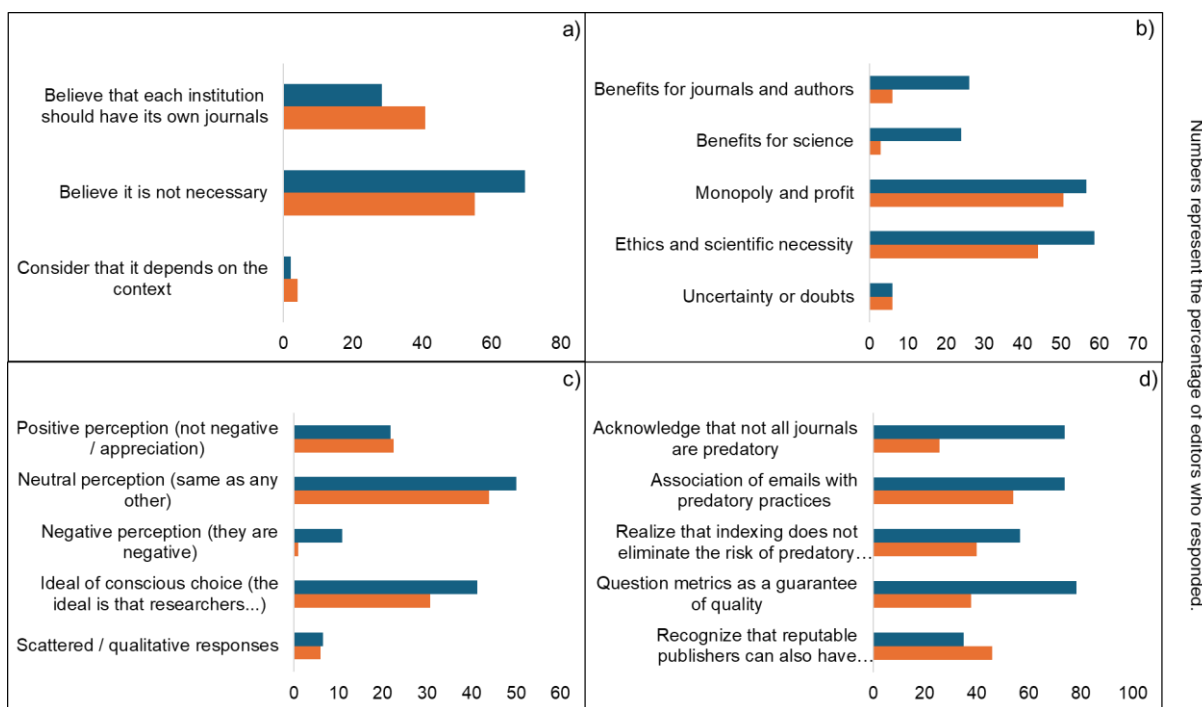


Fig. 7 Percepções editoriais sobre a estrutura e os desafios do mercado de publicações científicas: (a) criação de periódicos por instituições de pesquisa; (b) compra de periódicos por editoras comerciais; (c) surgimento e função das revistas interdisciplinares; e (d) percepção sobre a prática de revistas predatórias. As barras em laranja representam respostas de editores da América Latina e as barras em azul, de editores internacionais.

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar a fig. 7a, percebe-se que a maioria dos editores, independentemente da região, reconhece o papel estratégico das instituições de pesquisa na criação de novos periódicos científicos. Essa percepção é particularmente forte entre os editores latino-americanos, que veem nas iniciativas institucionais uma alternativa à concentração de mercado e uma forma de ampliar o acesso à publicação científica. Esse padrão está em consonância com o perfil histórico da comunicação científica na região, caracterizada por periódicos vinculados a universidades públicas e associações acadêmicas.

Quanto à compra de periódicos por editoras comerciais (Fig. 7b), as opiniões são mais divergentes. Os editores internacionais tendem a encarar esse movimento como parte do processo de profissionalização e expansão do setor, enquanto os latino-americanos manifestam maior preocupação com a concentração de poder econômico e a mercantilização da ciência. Essa diferença reflete tensões entre sustentabilidade

financeira e autonomia editorial, destacando o impacto das dinâmicas de mercado sobre a diversidade de vozes e modelos de publicação.

O surgimento elevado das revistas interdisciplinares (Fig.7c) é avaliado de maneira amplamente positiva por ambos os grupos. A maioria dos editores reconhece que esses periódicos desempenham papel importante na integração de áreas do conhecimento e na promoção de inovações científicas. Contudo, entre os editores latino-americanos, há uma percepção de que o reconhecimento institucional dessas revistas ainda é limitado, o que dificulta sua consolidação dentro de sistemas de avaliação baseados em classificações disciplinares rígidas.

Por outro lado, a percepção sobre revistas predatórias (Fig.7d) revela consenso quanto à gravidade do problema, embora com ênfases distintas. Os editores latino-americanos destacam o impacto negativo dessas práticas sobre a credibilidade da produção científica e a vulnerabilidade de pesquisadores com poucos recursos, enquanto os editores internacionais tendem a associá-las à fragilidade de mecanismos de indexação e à necessidade de maior controle técnico e regulatório. Ambos os grupos, porém, convergem na ideia de que o fenômeno das revistas predatórias compromete a integridade e a confiança no sistema de comunicação científica global.

A **Fig. 8** apresenta as percepções dos editores sobre métricas e critérios de avaliação na comunicação científica

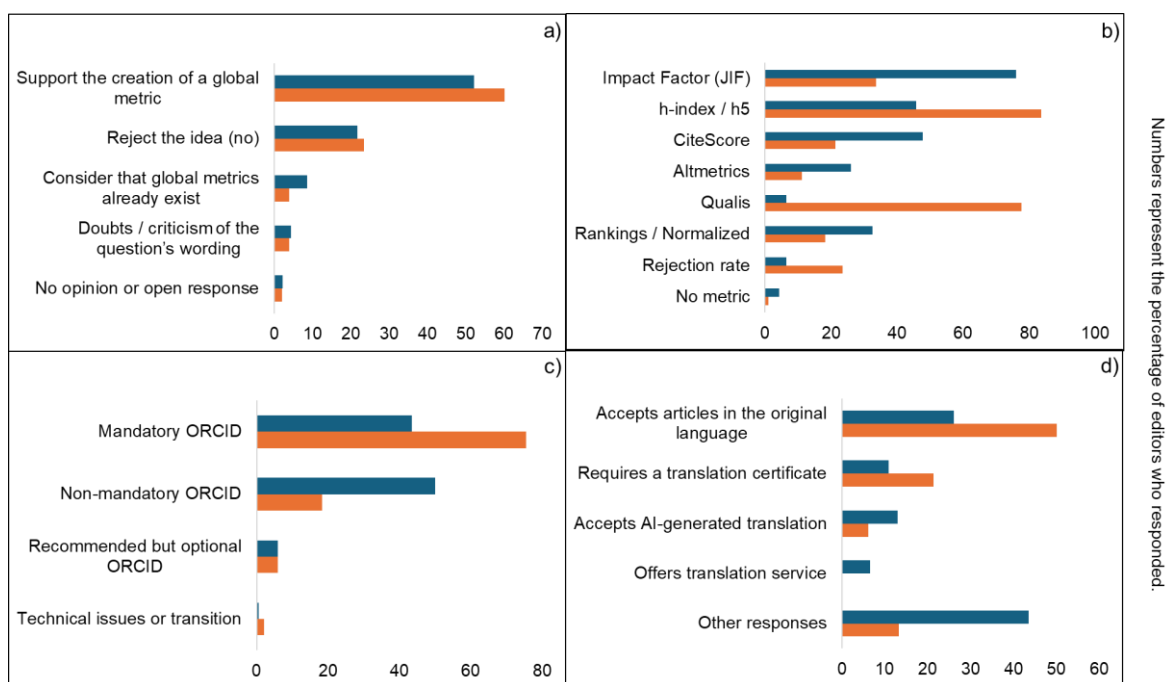


Fig. 8 Percepções editoriais sobre métricas e critérios de avaliação na comunicação

científica: (a) criação de uma métrica global única para periódicos; (b) métricas de maior interesse para avaliação dos periódicos; (c) uso do identificador ORCID; e (d) idioma preferencial de publicação dos artigos. As barras em laranja representam respostas de editores da América Latina e as barras em azul, de editores internacionais.

Fonte: Elaboração própria.

O posicionamento dos editores quanto a criação de uma métrica global única. (Fig. 8a) para avaliação de periódicos desperta percepções contrastantes. Embora uma parcela expressiva de editores internacionais apoie a ideia, argumentando que ela poderia padronizar critérios de qualidade e visibilidade, a maioria dos editores latino-americanos manifesta ceticismo quanto à sua viabilidade e equidade. Essa resistência reflete a preocupação com o risco de homogeneização de contextos científicos diversos e com o reforço das desigualdades já existentes entre revistas de diferentes regiões e idiomas.

Em relação às métricas de maior interesse para a avaliação dos periódicos (Fig. 8b), nota-se uma diferenciação clara entre os grupos. Entre os editores internacionais, prevalece o interesse por indicadores tradicionais de impacto, como o *Journal Impact Factor* e o *Scimago Journal Rank (SJR)*. Já os editores latino-americanos valorizam, em maior proporção, métricas alternativas, como visibilidade regional, engajamento em redes de colaboração e impacto social das publicações. Esse contraste reforça que a noção de “prestígio” editorial é moldada por lógicas distintas: globalmente orientada para competitividade e ranqueamento, e regionalmente voltada à relevância social e à difusão do conhecimento.

O uso do identificador ORCID (Fig.8c) é reconhecido como prática desejável por ambos os grupos, embora sua adoção efetiva ainda varie. Os editores internacionais relatam maior integração do ORCID aos sistemas de submissão e avaliação, enquanto os latino-americanos apontam limitações técnicas e institucionais que dificultam sua implementação universal. Ainda assim, há consenso quanto à sua importância para garantir transparência, rastreabilidade e padronização na autoria científica.

No que se refere ao idioma preferencial de publicação, observa-se uma diferença estrutural. Os editores internacionais atribuem maior relevância ao inglês como língua predominante da comunicação científica global, enquanto os editores latino-americanos destacam a necessidade de políticas multilíngues que preservem o português e o espanhol como veículos legítimos de divulgação científica. Essa defesa da pluralidade

linguística expressa não apenas uma questão cultural, mas também uma resistência simbólica à hegemonia anglófona na produção de conhecimento.

4. DISCUSSÃO

As percepções dos editores sobre o sistema editorial científico variam conforme o contexto cultural e institucional em que estão inseridos. Em países com políticas de pesquisa consolidadas e maior estabilidade financeira, observa-se uma tendência de valorização de editoras comerciais e periódicos de alto impacto, mesmo diante de taxas elevadas. Esse processo evidencia uma estratificação econômica e institucional na comunicação científica, em que pesquisadores de instituições ricas têm maior capacidade de arcar com APCs, o que a depender do contexto econômico pode trazer desigualdades de acesso e visibilidade no sistema global de publicações (Siler et al., 2018) e (Shu & Larivière, 2023).

No contexto latino-americano, especialmente no Sul global, a ciência tende a se organizar de forma mais colaborativa, com forte envolvimento de universidades públicas e agências de fomento que sustentam modelos de acesso aberto gratuitos. Entretanto, o predomínio de políticas de avaliação baseadas em métricas quantitativas e impacto tem levado à valorização de revistas de prestígio internacional e ao enfraquecimento de periódicos regionais (Segado-Boj et al., 2022). Tal tendência reforça a dependência de sistemas de indexação comerciais e acentua o desequilíbrio entre Norte e Sul global na produção de conhecimento científico (Collyer, 2018).

Além disso, políticas nacionais de incentivo ao acesso aberto, como os acordos de grandes editoras com governos, ainda que ampliem o alcance das publicações, frequentemente reproduzem a concentração de poder editorial. Esses acordos deslocam o custo das APCs dos autores para as agências de fomento, tornando os modelos públicos de publicação menos competitivos (Terlizzi & Zukerfeld, 2025). Estudos mostram que o modelo *gold open access* acaba transferindo recursos públicos de países periféricos para grandes editoras ocidentais, acentuando desigualdades estruturais (Ellers et al., 2017). Em contrapartida, iniciativas como o modelo *diamond open access*, em que nem autores nem leitores pagam, têm sido apontadas como alternativas éticas e sustentáveis para a democratização da comunicação científica (Willinsky, 2019).

Essas condições evidenciam a complexidade de manter práticas editoriais éticas e sustentáveis em um sistema cada vez mais orientado por métricas. A pressão por produtividade faz com que autores busquem canais de publicação mais acessíveis ou rápidos, ainda que com menor rigor editorial. Em alguns casos, essa dinâmica favorece o crescimento de revistas de perfil duvidoso, alimentando o debate sobre o que efetivamente caracteriza uma publicação “predatória” (Ili, 2025).

A controvérsia sobre revistas predatórias torna-se ainda mais relevante quando se observam práticas semelhantes em editoras consolidadas, como a redução dos tempos de revisão e a promoção agressiva por e-mail e redes sociais. Isso coloca em questão os limites entre estratégias legítimas de divulgação e práticas potencialmente antiéticas. Estudos recentes sugerem que o comportamento predatório não deve ser definido apenas pela origem ou pelo tamanho da editora, mas pela transparência, ética e qualidade do processo editorial (Hagner, 2018).

Outro aspecto crítico refere-se à desvalorização do trabalho de revisores e editores, cuja participação é essencial para a manutenção da qualidade científica, mas raramente remunerada. Pesquisas apontam que o aumento das APCs não se reflete em melhores condições de trabalho ou reconhecimento desses profissionais, reforçando as assimetrias de valor dentro do sistema editorial (Guedes, 2025). Essa precarização, associada à pressão por rapidez nos processos, contribui para o esgotamento de avaliadores e compromete o rigor das revisões.

É claro que o pagamento de APCs não garante maior impacto ou visibilidade científica, mas frequentemente está associado ao prestígio simbólico necessário para progressão na carreira. Essa prática transforma a publicação acadêmica em um mecanismo de status, afastando-a de sua função social de disseminar conhecimento. Estudos demonstram que o aumento das APCs se correlaciona com a redução da participação de autores de países de baixa renda, limitando a diversidade epistêmica da ciência global (Hyman et al., 2024) e (Zhang et al., 2022).

As percepções dos editores revelam diferenças significativas entre os contextos culturais e institucionais, indicando que o sistema editorial é atravessado por desigualdades históricas, econômicas e simbólicas. Embora haja o reconhecimento do valor da ciência aberta e da ética editorial, há divergência quanto aos meios de alcançá-las e às condições estruturais que as sustentam.

A comunicação científica é vista como um bem público, voltado à democratização do conhecimento e à difusão ampla dos resultados de pesquisa. Essa visão é coerente com o que autores chamam de uma “epistemologia do Sul”, que valoriza práticas colaborativas, inclusivas e socialmente orientadas (Raju & Badrudeen, 2021). No entanto, a dependência de recursos públicos e o predomínio do trabalho voluntário nas equipes editoriais comprometem a sustentabilidade do modelo e o reconhecimento formal de revisores e editores (Vattikoti, 2019).

Outro ponto crítico identificado é a discussão sobre revistas predatórias. A percepção de que práticas de publicação rápida, convites massivos e dependência de taxas caracterizam o “predatismo” é amplamente contestada. Muitos editores latino-americanos apontam que a ausência de critérios universais para distinguir revistas predatórias de periódicos emergentes acaba reproduzindo um viés geopolítico (Hachani & Olijhoek, 2019).

Com base nas percepções levantadas junto aos editores científicos, o aprimoramento da divulgação científica requer ações integradas que fortaleçam tanto a infraestrutura editorial quanto a cultura colaborativa da ciência. É essencial promover políticas de financiamento público contínuo para periódicos de acesso aberto sem fins lucrativos, ampliar o reconhecimento institucional do trabalho de editores e revisores, e incentivar modelos cooperativos de gestão editorial entre universidades e agências de fomento. Além disso, a divulgação deve ser apoiada por práticas de ciência aberta transparente. Por fim, é necessário repensar os critérios de avaliação científica, priorizando relevância social e impacto formativo sobre métricas quantitativas, de modo a tornar a comunicação científica mais ética, sustentável e equitativa.

5. CONCLUSÃO

As percepções dos editores científicos evidenciam tensões profundas entre a democratização do conhecimento e a sustentabilidade econômica da publicação científica. Há consenso de que a ciência deve ser tratada como um bem público, sustentada por modelos colaborativos, financeiramente equilibrados e institucionalmente apoiados. No entanto, o modelo que atualmente se consolida no cenário global está fortemente orientado por métricas, prestígio e cobrança de taxas de publicação, o que tende a distorcer o propósito original da comunicação científica.

Torna-se, portanto, necessário repensar esse sistema sob uma perspectiva mais científica e menos mercadológica, garantindo que a produção e a divulgação do conhecimento permaneçam pautadas pela qualidade, pelo rigor metodológico e pelo compromisso ético com o avanço da ciência.

6. AGRADECIMENTOS

Os autores expressam sua sincera gratidão ao Grupo de Pesquisa em Ecologia e Manejo do Nordeste (NorEMA) pela colaboração intelectual e contribuição essencial para a concepção e o desenvolvimento deste estudo.

7. FINANCIAMENTO

Este estudo foi apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil, sob o Código de Financiamento 001.

Declaração de Conflito de Interesses

Os autores declaram que não há conflitos de interesse, financeiros ou não financeiros, que possam ter influenciado o trabalho relatado neste manuscrito.

Declaração de Disponibilidade de Dados

Os dados que sustentam os resultados deste estudo estão disponíveis como material suplementar anexado a este manuscrito. Informações adicionais podem ser obtidas com o autor correspondente mediante solicitação razoável.

Interesses Concorrentes

Os autores declaram não possuir interesses concorrentes, financeiros ou não financeiros, que possam ter influenciado direta ou indiretamente o trabalho relatado neste manuscrito.

8. REFERÊNCIAS

Asare-Nuamah, P. (2023). *Open access without open publication creates inequality for researchers in the Global South*. **AfricArXiv**.

<https://doi.org/10.21428/3b2160cd.ce64eec5>

Beall, J. (2016). *Medical publishing and the threat of predatory journals*. **International Journal of Women's Dermatology**, 2(3), 115–116.

<https://doi.org/10.1016/j.ijwd.2016.08.002>

Collyer, F. (2018). *Global patterns in the publishing of academic knowledge: Global*

North, global South. **Current Sociology**, 66(1), 56–73.

<https://doi.org/10.1177/0011392116680020>

Conlogue, B. C., Gilman, N. V., & Holmes, L. M. (2022). *Open access and predatory publishing: A survey of the publishing practices of academic pharmacists and nurses in the United States*. **Journal of the Medical Library Association**, 110(3), 294–305.

<https://doi.org/10.5195/jmla.2022.1377>

Cortegiani, A., Sanfilippo, F., Tramarin, J., Giarratano, A., & Einav, S. (2019). *Predatory open-access publishing in anesthesiology: A call for action*. **Anesthesia & Analgesia**, 128(1), 182–187. <https://doi.org/10.1213/ANE.0000000000003803>

da Silva, J. A. T. (2020). *Three new suggested guidelines for increased transparency regarding open access article processing charges (APCs)*. **Education Measurement and Learning**. <https://doi.org/10.12681/eml.24208>

Ellers, J., Crowther, T. W., & Harvey, J. A. (2017). *Gold Open Access publishing in mega-journals: Developing countries pay the price of Western premium academic output*. **Journal of Scholarly Publishing**, 49(1), 89–102. <https://doi.org/10.3138/jsp.49.1.89>

Ferris, L., & Winker, M. A. (2017). *Ethical issues in publishing in predatory journals*. **Biochemia Medica**, 27(2), 279–284. <https://doi.org/10.11613/BM.2017.030>

Grgić, I. H., & Romić, K. (2022). *Navigating the new world of scientific publications*. **PUBMET**, 1, 1–8. <https://doi.org/10.15291/pubmet.3947>

Guedes, J. J. (2025). *Navigating the madness of academic publishing*. **Qeios**. <https://doi.org/10.32388/h7yd78.2>

Hagner, M. (2018). *Open access, data capitalism and academic publishing*. **Swiss Medical Weekly**, 148, w14600. <https://doi.org/10.4414/smw.2018.14600>

Hyman, G. Y., Patel, R., Mukherjee, S., & Lin, D. (2024). *Article processing charges threaten global health equity: Open access is closed science*. **medRxiv**. <https://doi.org/10.1101/2024.11.22.24317779>

Ili, B. (2025). *Academic quality or commercial concern? The role of APCs in open-access communication studies journals*. **tripleC: Communication, Capitalism & Critique**, 23(1). <https://doi.org/10.31269/triplec.v23i1.1547>

Natarajan, S., & Nair, A. (2016). *“FakeBooks” – Predatory journals: The dark side of publishing*. **Indian Journal of Ophthalmology**, 64(12), 841–842. <https://doi.org/10.4103/0301-4738.198845>

- Rydholm, A. (2017). *Beware of predatory journals*. **Acta Orthopaedica**, 88(5), 576–577. <https://doi.org/10.1080/17453674.2017.1387731>
- Segado-Boj, F., Prieto-Gutiérrez, J. J., & Martín-Quevedo, J. (2022). *Attitudes, willingness, and resources to cover article publishing charges: The influence of age, position, income level, country, discipline, and open access habits*. **Learned Publishing**, 35, 1–15. <https://doi.org/10.1002/leap.1455>
- Shamseer, L., Moher, D., Maduekwe, O., Turner, L., Barbour, V., Burch, R., Clark, J., Galipeau, J., Roberts, J., & Shea, B. J. (2017). *Potential predatory and legitimate biomedical journals: Can you tell the difference? A cross-sectional comparison*. **BMC Medicine**, 15(28), 1–14. <https://doi.org/10.1186/s12916-017-0785-9>
- Shu, F., & Larivière, V. (2023). *The oligopoly of open access publishing*. **Scientometrics**, 129, 519–536. <https://doi.org/10.1007/s11192-023-04876-2>
- Siler, K., Haustein, S., Smith, E., Larivière, V., & Alperin, J. P. (2018). *Authorial and institutional stratification in open access publishing: The case of global health research*. **PeerJ**, 6, e4269. <https://doi.org/10.7717/peerj.4269>
- Talley, N., et al. (2024). *The rise and rise of predatory journals and the risks to clinical practice, health and careers: The APAME 2024 Sydney Declaration*. **Medical Journal of Australia**, 221(1), 34–38. <https://doi.org/10.5694/mja2.52410>
- Terlizzi, J., & Zukerfeld, M. (2025). *Open access, “piracy” and article processing charges (APC) in Argentina: An informed policy for the national research funding agency*. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, 97(2), e20241184. <https://doi.org/10.1590/0001-3765202520241184>
- Vervoort, D., Ma, X., & Shrim, M. (2020). *Money down the drain: Predatory publishing in the COVID-19 era*. **Canadian Journal of Public Health**, 111, 665–666. <https://doi.org/10.17269/s41997-020-00411-5>
- Watson, R. (2017). *Predatory publishers: Time for action*. **Nursing Open**, 4(4), 186–187. <https://doi.org/10.1002/nop2.104>
- Willinsky, J. (2019). *The academic library in the face of cooperative and commercial paths to open access*. **Library Trends**, 67(2), 196–213. <https://doi.org/10.1353/lib.2018.0033>
- Zhang, L., Wei, Y., Huang, Y., & Sivertsen, G. (2022). *Should open access lead to closed research? The trends towards paying to perform research*. **Scientometrics**, 127, 7653–7679. <https://doi.org/10.1007/s11192-022-04407-5>